

Título: Horta Mandala

Alessandra Nascimento Soares Marques¹

RESUMO

O projeto Horta Manda, foi implantado em 2010, gerando uma importante ferramenta para melhoria da qualidade de vida da população atendida no serviço de Acolhimento Institucional, que compõem a rede de “Proteção Social de Alta Complexidade”. A proposta metodológica foi elaborada com a incorporação das estratégias da abordagem psicossocial e da Educação Ambiental, com o objetivo de estimular e propiciar a participação da população atendida nos seguintes aspectos: criação e cultivo da horta, sua importância na alimentação; transformar áreas abandonadas em áreas produtivas. O projeto favoreceu o desenvolvimento de uma maior conscientização da população quanto ao uso do meio em que vivem e o respeito às complexas relações existentes entre os seres vivos e o meio ambiente. O projeto foi implantado em seis meses, beneficiando 27 crianças, 12 adolescentes e seis adultos, no município de Cidade Ocidental, no estado de Goiás.

DESCRITORES: Instituição de Acolhimento. Educação Ambiental. Qualidade de vida. Habilidades Sociais.

ABSTRACT

The project Send Horta, was implemented in 2010, generating an important tool for improving the quality of life of the population served in residential care service, which make up the network "Social Protection of High Complexity". The proposed methodology was developed with the incorporation of psychosocial approach and strategies of environmental education, aiming to stimulate and encourage the participation of the population served in the following aspects: creation and cultivation of the garden, its importance in the diet; transform derelict areas productive. The project furthered the development of greater public awareness of the use of the environment in which they live and about the complex relationships between living beings and the environment. The project was implemented in six months, benefiting 27 children, 12 adolescents and 6 adults in the county of West Town, State of Goiás.

KEYWORDS: Host Institution. Environmental Education. Quality of life. Social Skills.

¹ Terapeuta Ocupacional formada pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente pela UNIEVANGÉLICA - GO. Especialista em Gestão para o Desenvolvimento Social pelo Centro Universitário Positivo- UNICENP de Curitiba/ PR; Especialista em Saúde Mental- Psicopatologia e Psicanálise pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Aperfeiçoamento em Psicologia do Trabalho pela Universidade Federal do Paraná.

INTRODUÇÃO

A elaboração e implementação de projetos sociais para implementar os programas de Acolhimento Institucional (AI) que acolhem crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Um dos pontos importantes para implementação são propostas com o objetivo de prevenir e mitigar os efeitos da institucionalização na rede de serviços de proteção prestados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em parceria com a sociedade civil (Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009).

Por isso, projetos interdisciplinares, são fundamentais para favorecer a construção de propostas com ações que transponham o modelo de assistência asilar que ocorreram ao longo da história brasileira e perduraram até o final do século XX. Onde os programas de atendimento a crianças e ao adolescente eram reducionistas e estigmatizastes e com ênfase na segregação institucional. Essa segregação institucional estava fundamentada numa perspectiva jurídica, filosófica e política moralizante e disciplinar (PASSETI, 1999).

Foi nessa perspectiva paradigmática interdisciplinar, como proposto por LEFF (2004), que a proposta foi desenvolvida a partir de tecnologias sócio-ocupacionais, com base na Abordagem Psicossocial (AP) e nas questões que envolvem os princípios da Educação Ambiental (EA).

Os princípios da EA foram utilizados como ferramenta para favorecer um processo participativo, onde as crianças e adolescentes pudessem assumir um papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem, participando ativamente no diagnóstico dos problemas que envolviam o meio ambiente em que estavam inseridos. Inclusive, para buscarem soluções de forma coletiva (FERRARA, 1993).

A AP nesse contexto favoreceu o preparado dos participantes nas atividades planejadas focando no desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, através de uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania.

Isso, por que essas duas abordagens estão centradas em valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais pessoas e espécies que fazem parte do cotidiano dos seres humanos. Essa possibilidade do ser humano, independente da faixa etária, analisar criticamente os princípios antropocêntricos, que tem levado à destruição inconsequente das relações sociais e dos recursos naturais é fundamental para estruturação de um espaço social saudável (SOUZA, 2002).

Foram quatro os princípios adotados como referencial teórico-filosófico para promover o debate teórico-prático das atividades em grupo que foram desenvolvidas semanalmente na horta:

1. oportunizar a compreensão dos componentes e dos mecanismos que regem os sistemas naturais é fundamental para apreensão de que ações levam a consequências (imediatas, médio prazo e longo prazo);
2. reconhecimento da responsabilidade do ser humano como principal protagonista é importante para criação de um projeto de vida;
3. habilidades e competências sociais podem ser aprendidas e desenvolvidas para favorecer a capacidade de avaliar e agir efetivamente no cotidiano;
4. cidadania ativa através do desenvolvimento de habilidades e competências são necessárias para resgatar direitos e favorecer o exercício dos deveres enquanto cidadão.

Inclusive, para inserir esses princípios no programa de atividades da horta foi fundamental observar duas premissas básicas, que são importantes para aplicabilidade das várias técnicas de avaliação e intervenção, no que se refere ao treinamento e desenvolvimento de habilidades e competências sociais:

1. habilidades sociais só podem ser aprendidas vivencialmente, na experiência cotidiana com os outros indivíduos (CABALLO, 2003).
2. conceitos de habilidades sociais e competência social não são equivalentes. “Habilidades sociais refere-se a existência de diferentes classes de comportamentos sociais no repertório do indivíduo para lidar de maneira adequada com as demandas das situações interpessoais” enquanto que, por outro lado, o conceito de competência social “se refere à capacidade do indivíduo de organizar pensamentos, sentimentos e ações e em função de seus objetivos e valores articulando-os as demandas imediatas e mediatas do ambiente” (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2001, p.31).

Esses quatro princípios e as duas premissas favoreceram uma proposta educativa emancipatória com a interrelação dos saberes e das práticas coletivas. Para que sejam criados ambientes institucionais que favoreçam ações coletivas solidárias e críticas para prevenir e mitigar os efeitos da institucionalização.

Portanto os projetos sociais direcionados ao programa de AI o uso da análise de atividades² em grupo atividades cotidianas vêm sendo utilizadas para construção de um ambiente institucional que seja o menos restrito possível, mitigando assim os efeitos da institucionalização na vida cotidiana da criança e do adolescente.

OBJETIVO

O projeto favoreceu a implementação do programa de AI que faz parte da rede de serviços socioassistencial do SUAS e foi desenvolvido com os seguintes objetivos específicos:

1. implantar uma horta comunitária;
2. eliminar áreas abandonadas na instituição e transformar em áreas produtivas;
3. criar condições para uma alimentação saudável;
4. criar oportunidade para desenvolver uma maior conscientização quanto ao uso do meio em que vivem e o respeito às complexas relações existentes entre os seres vivos e o meio ambiente;
5. criar condições para o desenvolvimento de atividades estruturadas em grupo para desenvolvimento de habilidades sociais básicas;
6. criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de habilidades e competências sociais.

METODOLOGIA

O projeto foi implantado em seis meses, contendo quatro fases. Na primeira fase foi elaborado um *Layout* gráfico da horta mandala pela autora. A segunda fase foi executada pelo responsável pela horta (funcionário da instituição que tinha o cargo de serviços gerais) e os adolescentes e adultos, que foi a limpeza do local. E a terceira fase que foi organizar o espaço em forma de mandala separado por tijolos também foi executada pelo responsável pela horta. A quarta fase que foi o plantio das sementes e o planejamento de uma escala semanal de cuidado diário para regar e limpar a horta que teve a participação organizada por faixa etária e unidade de casas-lar.

²Análise de Atividades: Procedimento próprio e exclusivo do Terapeuta Ocupacional, conforme legislação vigente (Decreto-Lei nº 938/69; Lei nº 6.316/75; Resoluções COFFITO-8, 10 e 81).

RESULTADOS

O projeto beneficiou quatro unidades de casa-lar. Com participação de 27 crianças, 12 adolescentes e seis adultos. Passou a ser inserido no cardápio diário: couve, couve-flor, alface, cenoura, mandioca, beterraba. Resultando, assim na melhoria da qualidade da alimentação.

O espaço da IA passou a ser mais bem aproveitado, favorecendo inclusive na manutenção da limpeza dentro da instituição.

Também pode ser observado após seis meses que, entre o conjunto de habilidades sociais relevantes que foram propostas pelos autores Del Prette e Del Prette (*id.*), significativo desenvolvimento em relação as habilidades de comunicação e habilidades de civilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse projeto demonstrou favorecer a ampliação da interação da população das quatro unidades de casa-lar. Mas, apesar de seus excelentes resultados que foram apresentados em curto prazo, é importante relatar que após um ano o projeto foi desativado. O motivo envolveu dois pontos principais. O primeiro foi que a pessoa que ficou responsável pelo projeto se desligou da instituição e o segundo é que após o desligamento desse funcionário não foi contratado outra pessoa para função.

Portanto, podemos concluir que somente a elaboração de projetos sociais que sejam eficientes e eficazes não é o suficiente para sustentabilidade das ações propostas. Também se faz necessário uma articulação que envolva a cultura política de atendimento nos programas sociais. Para que independente da mudança do gestor ou da equipe de trabalho as ações educativas emancipatórias possam fazer parte da cultura da instituição.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Assistência Social. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais: texto da resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009*, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Legislação: Leis, Decretos-Leis, Decretos, Resoluções, Portarias. *Resolução nº 08, de 20 de fevereiro de 1978*. Aprova as normas para habilitação ao exercício das profissões de fisioterapia e terapia ocupacional e dá outras providencias. Brasília: COFFITO, 2002.

CABALLO, V. E. *Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais*. São Paulo: Santos Editora, 2003.

DEL PRETTE, A. & DEL PRETTE, Z. A. P. *Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp, 1993.

LEFF, E. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PASSETI, E.; O menor no Brasil republicano. In: Priore, M. (org). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, Celso Castilho de. *O meio ambiente e a parceria governo-comunidade. Educação ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.